TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de materiais de construção para atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo da Prefeitura Municipal de Belo Jardim – PE, durante o período de 12 meses conforme especificações e quantitativos estabelecidos neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	TOTAL
1.	**Argamassa ACII 20KG para ambientes internos e externos**. Argamassa ACII sacos com 20KG. Composição: cimento, calcário e aditivos, cor: branca, tipo: AC II (saco 20kg). Ideal para assentar pisos e azulejos cerâmicos em ambientes internos e externos, como quiosques, calçadas, e outros que podem ficar expostos a ação do tempo.	441237	UND	200	R$ 33,86	R$ 6.772,00
2.	**Brita 12 (brita Nº 01 - cascalinho)**. Agregado de diâmetro variando entre 4,5 mm e 12 mm proveniente de mineral granítico. Ideal para a confecção de asfalto, concretos para lajes pré-moldadas ou para estruturas de ferragem densa, artefatos de concreto (pré-moldados), chapiscos, etc.	216957	M^3	1.200	R$ 212,50	R$ 255.000,00
3.	**Brita 19 (brita Nº 02)**. Agregado de diâmetro variando entre 12 mm e 19 mm. Material usado na construção civil e usinas de asfalto. É a malha mais utilizada em todos os processos da construção civil muito apropriado para fabricação de concretos em geral, para qualquer tipo de edificação de colunas, na fabricação de vigas, lajes, intertravados, tubos, blocos, bloquetes, paralelepípedos de concretos, nas construções de	216958	M^3	1.200	R$ 222,99	R$ 267.588,00

	grande porte como prédios e grandes espaços comerciais.					
4.	**Cimento Portland CPII 50Kg**. Cimento Portland CP II em saco de 50Kg. O cimento deve ser de boa qualidade, utilizado para várias aplicações como no preparo de argamassas de assentamento, argamassas de revestimento, estruturas de concreto armado, solo-cimento, pisos, pavimentos de concreto, etc.	237928	UND	10.000	R$ 56,45	R$ 564.500,00
5.	**Gesso em pó saco com 40Kg**. Gesso em pó saco com 40Kg. Origem: mineral. Tipo: estuque. Aspecto físico: pó. Cor: branco. Aplicação: construção civil.	604867	UND	100	R$ 47,65	R$ 4.765,00
6.	**Massa fina 20Kg**. Massa fina, saco de 20Kg. A massa fina é uma argamassa pensada para simplificar a aplicação, de forma rápida e funcional, revestindo superfícies como tetos e paredes internas, além de áreas externas. Recomendada para reboco interno e externo sobre emboço grosso.	237536	UND	100	R$ 21,50	R$ 2.150,00
7.	**Meio-fio de concreto**. Meio-fio de concreto pré-moldado, guia de rua que marca o desnível entre a calçada de pedestres e o pavimento onde passam os carros. Medidas: 80cm de comprimento x 30cm de altura x 10cm de espessura.	601764	UND	20.000	R$ 29,25	R$ 585.000,00
8.	**Paralelepípedo de pedra**. Paralelepípedo de pedra granítica, ideal para execução de pavimentação de calçamento de ruas. Tamanho padrão da pedra de aproximadamente 13x13x18 cm. Pedra cortada a mão.	601215	UND	1.000.000	R$ 1,98	R$ 1.980.000,00
9.	**Pedra rachão**. Pedra rachão ou pedra de mão muito utilizada na construção de fundações, calçamentos, muros, drenagens, concreto, entre outros. O rachão é formado por grandes	483457	M^3	600	R$ 199,68	R$ 119.808,00

	pedras, geralmente são usadas em drenos grandes, muros e contenção de barrancos e encostas.					
10.	**Pó de pedra (brita Nº 0)**. Material proveniente de calcário calcítico com granulometria até 4,0 mm e malha de 5mm. Usado na construção civil em obras de terraplenagem como material para sub-base, e estabilizador de base; calçamento de piso pré-moldados e paralelos, principalmente calçadas; confecção de argamassa para assentamento e emboço; usina de asfalto para calçamentos com base asfáltica; indústria de pré-moldados; fabricação de massa asfáltica para recapeamento de estradas, avenidas e estabilizador do solo.	470831	M^3	1.200	R$ 180,00	R$ 216.000,00
11.	**Rejunte 1Kg**. Argamassa tipo rejunte para porcelanatos e cerâmicas de alta qualidade e desempenho, uso residencial, comercial e industrial, pisos e paredes, áreas com presença frequente de água, como fachadas, banheiros, cozinhas, lavanderias e saunas. Produto também indicado para rejunte de revestimentos assentados sobre bases de drywall. Cores serão solicitadas mediante necessidade.	466764	UND	300	R$ 9,83	R$ 2.949,00
12.	**Revestimento cerâmico tipo A acetinado 45cmx45cm branco**. Revestimento cerâmico tipo A, acetinado, dimensões 45cmx45cm, cor branco. Revestimento cerâmico para áreas internas e externas. Indicação de local de uso: LD - ambientes residenciais e comerciais com tráfego intenso de pessoas com trânsito eventual de equipamentos leves.	483501	M^2	500	R$ 39,30	R$ 19.650,00
13.	**Revestimento cerâmico tipo A acetinado 45cmx45cm preto**. Revestimento cerâmico tipo A, acetinado, dimensões 45cmx45cm,	480128	M^2	200	R$ 42,23	R$ 8.446,00

	cor preto. Revestimento cerâmico para áreas internas e externas. Indicação de local de uso: LD - ambientes residenciais e comerciais com tráfego intenso de pessoas com trânsito eventual de equipamentos leves.					
14.	**Revestimento cerâmico tipo A acetinado 45cmx45cm cores variadas**. Revestimento cerâmico tipo A, acetinado, dimensões 45cmx45cm, cores variadas. Revestimento cerâmico para áreas internas e externas. Indicação de local de uso: LD - ambientes residenciais e comerciais com tráfego intenso de pessoas com trânsito eventual de equipamentos leves. Cores a combinar no momento da solicitação.	483566	M^2	300	R$ 38,40	R$ 11.520,00
15.	**Revestimento pastilha cerâmica tipo A telada 10cmx10cm**. Revestimento pastilha cerâmica telada 10cmx10cm, acabamento brilhante. Indicada para uso em residências, fachadas de prédios, ambientes internos e externos e piscinas, ajuda a proteger as parede e pisos contra umidade, gordura e outros itens. Alta resistência e baixa absorção de água, tipo A, de boa qualidade. Peça telada (3x3) 30,7cmx30,7cm. Cores a combinar no momento da solicitação.	255383	M^2	300	R$ 58,50	R$ 17.550,00
16.	**Telha cerâmica colonial vermelha**. Telha cerâmica colonial vermelha. Telha ideal para a construção de telhados. As telhas de cerâmica são excelentes barreiras térmicas, proporcionando ambientes interno bem agradável. Dimensões: 15,5cm de largura x 40,5cm de comprimento e inclinação de 30°.	354243	UND	15.000	R$ 2,66	R$ 39.900,00
17.	**Telha ondulada de fibrocimento 2,44mx0,50m**. Telha ondulada de fibrocimento. Dimensões 2,44m de	244640	UND	1.000	R$ 30,00	R$ 30.000,00

	comprimento x 0,50m de largura x 4mm de espessura. Fácil de montar, a telha ondulada de fibrocimento proporciona praticidade e economia para coberturas de baixo custo. É ideal para para cobertura de ambientes e telhados, canteiros de obras e coberturas provisórias.					
18.	**Tijolo cerâmico de 8 furos**. Tijolo cerâmico de 8 furos. Material: barro cozido. Tipo: furado. Dimensões: comprimento: 19cm, largura: 19cm, espessura: 10cm. Peso: 2.800g. Quantidade de furos: 8und. Cor: vermelho. Material de construção de alta qualidade, resistente e que proporciona isolamento térmico e acústico. Com suas dimensões precisas e oito furos estratégicos, ele proporciona economia de argamassa e agiliza a execução da obra. Ideal para alvenaria e vedação.	382067	MILHEIRO	60	R$ 1.532,00	R$ 91.920,00
19.	**Compensado/madeirite plastificado 10mm preto (2,20mx1,10m)**. Compensado/madeirite plastificado com espessura de 10mm e dimensões de 2,20mx1,10m na cor preta. Compensado plastificado com lâminas de pinus e revestimento fenólico na cor preta desenvolvido especialmente para aplicações em obras que exigem resistência à umidade, rigidez e reutilização em formas de concreto, oferece excelente desempenho estrutural e acabamento liso nas concretagens. Aplicações recomendadas: fôrmas para concreto armado e lajes tapumes e fechamento de áreas de obra, plataformas e andaimes provisórios, estruturas temporárias de apoio em canteiros, pisos provisórios de alta resistência. Superfície lisa plastificada com filme fenólico preto de alta resistência à umidade e ao manuseio repetido, estrutura interna composta por camadas de pinus selecionadas	430543	UND	100	R$ 128,00	R$ 12.800,00

	bordas seladas com tinta impermeabilizante. Produto reutilizável diversas vezes em obras bem manejadas, fácil desmolde, resultando em concretagens com melhor acabamento.					
20.	**Escada de fibra de vidro extensível profissional com 27 degraus**. Escada de fibra de vidro extensível profissional com 27 degraus e aproximadamente 8,45m, para utilização em serviços de eletricista. Escada composta de lance fixo e lance móvel acionado por corda, 27 degraus em formato D (47mm) em fibra de vidro e sapatas em borracha antiderrapantes. Maior conforto durante a utilização. Escada em fibra de vidro, garantindo alta resistência mecânica a um baixo peso. Catraca em liga de alumínio. Encosto em cinta de náilon revestida em borracha vulcanizada. Acionamento do lance móvel manual por sistema de roldana(s) e corda. Com sua construção em duas seções, uma fixa e outra extensível, a escada isolante fibra de vidro sobe suave como elevador graças à corda de 8 mm e às catracas de alumínio que travam com precisão. Fechada, são 4,80 m, mas aberta ela chega a 8,40 m, deixando qualquer altura mais acessível. Capacidade de carga: 120 kg. A escada não deve conduzir eletricidade, o que amplia ainda mais o conforto para a sua utilização sem gerar nenhuma preocupação adicional, principalmente para atividades elétricas.	304129	UND	02	R$ 1.328,00	R$ 2.656,00
21.	**BGS (Brita Graduada Simples)**. BGS (Brita Graduada Simples) trata-se de um material granular muito usado na construção civil e em obras de infraestrutura para formar camadas de base ou sub-base de pavimentos. Composição: mistura de fragmentos de rocha britada de vários tamanhos,	328403	M^3	600	R$ 237,78	R$ 142.668,00

	do pó até pedras maiores. Os tamanhos dos grãos variam de forma equilibrada, o que garante alta estabilidade mecânica após a compactação com proporções controladas de pedras trituradas para preencher todos os espaços vazios. Aplicações: base e sub-base: sustentação estrutural para pavimentos asfálticos ou rígidos (concreto) em ruas, rodovias e pátios industriais. Estradas não pavimentadas: melhoria de vias de rolamento sem asfalto. Outros usos: aterros, nivelamentos topográficos, calçadas e passeios públicos.					
22.	**Brita Nº 03.** Agregado de diâmetro variando entre 25 mm e 50 mm. É um tipo de pedra britada de granulometria grossa, com pedaços cujo tamanho varia de 25 mm a 50 mm. O seu foco principal são obras de infraestrutura pesada, aterros e drenagem. Aplicações: drenagem: ideal para criar camadas que facilitam o escoamento de água em solos e construções. Nivelamento de terreno: ajuda a deixar o solo plano, limpo e livre de lama para a tráfego de máquinas. Ferrovias: usada como lastro ferroviário para assentar e firmar os trilhos de trens. Pavimentação: empregada em bases e sub-bases de estradas e pisos industriais pesados.	216959	M^3	300	R$ 215,00	R$ 64.500,00
23.	**Brita Nº 04.** Agregado de diâmetro variando entre 50 mm e 75 mm. É um tipo de pedra britada de granulometria grossa, com pedaços cujo tamanho varia de 50 mm a 75 mm. O seu foco principal são obras de infraestrutura pesada, aterros e drenagem. Aplicações: drenagem: ideal para criar camadas que facilitam o escoamento de água em solos e construções. Nivelamento de terreno: ajuda a deixar o solo plano, limpo e livre de lama para a tráfego	397968	M^3	300	R$ 237,64	R$ 71.292,00

	de máquinas. Ferrovias: usada como lastro ferroviário para assentar e firmar os trilhos de trens. Pavimentação: empregada em bases e sub-bases de estradas e pisos industriais pesados.					
TOTAL					**R$ 4.517.434,00**	

1.2 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4 O prazo de vigência da eventual contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato podendo ser prorrogado conforme necessidade da Administração, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

1.5 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da Nota de

Empenho.

5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo localizada na Av. Coronel Geminiano Maciel, SN, Centro, Belo Jardim – PE, CEP: 55150-030, em frente a garagem da prefeitura em dia com expediente, de segunda-feira a sexta-feira, das 07:30 horas às 13:30 horas.

5.3. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Municipal nº 5, de 2023, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Municipal nº 5, de 2023, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto Municipal nº 5, de 2023, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto Municipal nº 5, de 2023, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto Municipal nº 5, de 2023, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto Municipal nº 5, de 2023, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto Municipal nº 5, de 2023).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto Municipal nº 5, de 2023, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento docontrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Municipal nº 5, de 2023, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto Municipal nº 5, de 2023, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Municipal nº 5, de 2023, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Municipal nº 5, de 2023, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Municipal nº 5, de 2023, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Municipal nº 5, de 2023, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 3 (três) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado

providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por

meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será [~~integral~~/parcelado/ ~~continuado~~].

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.25.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.25.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.25.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.25.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 1% do valor total estimado da parcela pertinente.

8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.30. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.30.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.30.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.30.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.30.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.30.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.30.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é o estabelecido no item 1, conforme custos unitários apostos na tabela.

9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Unidade gestora: 18001;

Órgão orçamentário: 31000;

Unidade orçamentária: 31001;

Função: 4;

Subfunção: 122;

Programa: 47;

Ação: 2.93

Despesa: 314 3.3.90.30.00

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Belo Jardim-PE, 28 de setembro de 2026.

JOEDNA DE SOUZA SANTOS
Secretária de Infraestrutura e Urbanismo